

**Veículo:** *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto

**Data:** Julho/2003.

## **O unilateralismo global**

*Fernando Henrique Cardoso*

A guerra do Iraque, como toda guerra, feitas as contas das vítimas, causou horror. Vítimas humanas e vítimas no sentido figurativo: ela matou a crença na eventualidade do governo americano ajudar na construção de uma ordem mundial mais legítima.

Essas conseqüências negativas começam a aparecer com maior nitidez. Eu não ponho em dúvida as convicções dos que, a despeito da pouca evidência de conexões do governo iraquiano com o Al-Quaeda e de sua incapacidade para utilizar ofensivamente as armas de destruição em massa acaso existentes, lançaram-se à guerra. É que eles estavam agindo mais como cruzados do que como homens de estado. A motivação era salvacionista.

É comum ver-se os países cujos estados surgiram das grandes revoluções contemporâneas (a americana, a francesa e a russa) desejarem que os demais povos gozem dos benefícios que, segundo sua ótica, seus respectivos sistemas políticos oferecem.

Napoleão invadiu meio mundo para impor sua visão salvacionista. Outra coisa não fizeram os soviéticos. Por que não agiriam assim os americanos?

Mas há diferenças. A revolução americana fez-se com o credo da liberdade, do respeito aos direitos individuais e das leis, e com o apreço constante ao pluralismo. Por isso é chocante ver a atitude de prepotência que encarna a missão “civilizadora” e universalista da cultura americana, como se fosse um legado divino do crê ou morre.

Essa disposição imperial de assumir a responsabilidade de definir o que é bom para cada país e para o mundo tem sido apresentada de forma crua tanto na vida política como na

Academia.

Nada mais direto e elucidativo a esse respeito do que o discurso recente de Condoleezza Rice na Inglaterra. Existe uma nova ordem mundial baseada na decisão unilateral da potência hegemônica. Esta velará por nós. Havendo risco de algum estado-canalha (rogue state) apossar-se de armas de destruição em massa ou de constituir-se em campo de abrigo e treinamento de terroristas, será castigado. Há, claro, espaço para os aliados: é só desejarem ajudar os Estados Unidos a cumprirem sua missão salvadora que serão bem vindos e mimados.

Para exemplificar a assimilação da nova doutrina por setores da Academia baste ler o número de maio-junho da prestigiosa revista *Foreign Affairs*. Em alentado ensaio, Michael Glennon explica porque o Conselho de Segurança falhou e mostra como fracassou o grande objetivo de submeter o uso da força à lei (*to the rule of law*).

O que mais chama a atenção no artigo de Glennon, além da aceitação indulgente da premissa da falência do Conselho de Segurança, é o esforço para fundamentar na melhor tradição política americana o dilema: por que o poderoso – o hegemônico – deveria obedecer a lei?

Madison se atormentou para conciliar o princípio da igualdade com a regra do mais forte. Se todos são iguais perante a lei, o forte, eventualmente terá de subordinar-se ao fraco. O argumento de Madison para justificar uma regra legal válida para todos subsiste: quem é forte hoje pode ser fraco amanhã, logo é melhor definir regras do jogo válidas para todos para evitar surpresas futuras.

Glennon deixa de lado Madison e opina: qualquer sistema dominado por um “super poder” terá enormes dificuldades para manter uma ordem baseada autenticamente nas regras da lei. Gostemos ou não, diz ele, prevalece o velho sistema Westfaliano e os estados não são fiéis a leis com as quais não concordam.

Tudo bem. Um pouco de realismo ajuda a entender qualquer política. O grave é que ao assim afirmar torna-se claro que os Estados Unidos não concordam mais em fazer de conta que são iguais. Ora, como este princípio fundamenta todo o arcabouço político-jurídico das instituições criadas pelos vencedores da Segunda Grande Guerra, resta

proclamar sua inutilidade e não só a do Conselho de Segurança.

Ouvindo novamente Madison, Glennon propõe que tomando em conta a eventualidade de outra potência hegemônica no futuro, os Estados Unidos construam uma nova estrutura mundial mais realista e, portanto, capaz de lidar com os desafios contemporâneos para substituir a ordem atual, senão eliminando, atenuando os ímpetos idealistas advindos da idéia de igualdade.

A partir dessa ótica, faz sentido que Condoleezza Rice tenha começado a dizer quais são as novas regras. E os incomodados que se mudem, pois força não terão para contestar a vontade hegemônica.

O raciocínio peca, entretanto, por não tomar em consideração as mudanças já ocorridas no mundo. O impulso tecnológico que sustenta a globalização econômico-financeira e que dá decisiva vantagem militar aos Estados Unidos, cria o gérmen de uma “sociedade global” com uma opinião pública ativa e organizações não governamentais importantes.

Por certo, enquanto esta opinião não atingir o público americano (com todas as conseqüências eleitorais, pois, diga-se o que se quiser, a revolução americana fincou a democracia no Norte) seu efeito será mais simbólico do que efetivo. Mas, cedo ou tarde, a América se reencontrará com ela própria.

Convém considerar também que o sistema Westfaliano operava a guerra e a paz entre nações-Estado recém formados, baseados em exércitos pouco “nacionais”. Hoje a guerra é outra. Além da tecnológica, existe a do terror. Esta nova guerra opera por redes, não se baseia em exércitos e não necessariamente em estados nacionais. Não precisa de alta tecnologia para destruir e matar: convoca iluminados e crentes que se dispõem a morrer e dispensam quartéis.

Neste contexto, quando e como pode o hegemon cantar vitória e, à moda de Clausewitz, sujeitar o inimigo a sua vontade?

Contra o terror, que parece ser o real inimigo da paz e da democracia, de que adianta o “unilateralismo global” dos americanos, como o qualifica o responsável pela segurança e pelas relações internacionais da União Européia, Javier Solana?

O novo realismo nas relações internacionais talvez peque por ser mais ingênuo do que parece. É certo que se precisa de mais determinação no sistema mundial para lutar contra o terrorismo e pelos direitos humanos. Mas sem maior cooperação internacional, sem um grau maior de consentimento das pessoas e de adesão efetiva dos estados à nova ordem, os dilemas continuarão. E certamente sem maior apelo à igualdade, qualquer ordem que se queira nova será apenas um disfarce do poder hegemônico, ou do “unilateralismo global”.